



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

ATA 23 DE OUTUBRO/2023

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (IPS/UFBA)**

Ata da Reunião Extraordinária da Congregação do Instituto de Psicologia realizada às treze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e vinte e três na Sala 01 do CRH, no *campus* de São Lázaro.

Ao vigésimo terceiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às treze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se a Congregação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob a presidência da Profa. Cristiana Mercuri de Almeida Bastos, Diretora do IPS/UFBA, com a presença dos seguintes membros: Profa. Denise Maria Barreto Coutinho, Vice-Diretora do IPS/UFBA; Profa. Thatiana Helena de Lima, Coordenadora Acadêmica do IPS/UFBA; Profa. Elza Maria Techio, Coordenadora do Colegiado de Graduação em Psicologia; Profa. Samira Safadi Bastos, Coordenadora do Colegiado de Graduação em Serviço Social; Profa. Janice Aparecida Janissek, representante do IPS/UFBA no CAPEX e no CONSEPE; Prof. Yuri Sá Oliveira Sousa, representante do IPS/UFBA no CAE; Heitor Marinho da Silva Araújo, representante discente da Pós-Graduação em Psicologia do IPS/UFBA e Rafael Correia de Santana, representante técnico administrativo. Havendo quórum, a Presidente cumprimentou todos/as e deu por aberta a sessão. Iniciada a plenária, passou-se à ordem do dia, sendo apreciado o seguinte item de pauta: **1. Projeto intitulado “Aprimoramento da Política de Atenção Psicossocial de Mães e Familiares Vítimas de Violência de Estado na Bahia (Convênio Ministério da Igualdade Racial - MIR/UFBA)”, a ser coordenado na Bahia pela Professora Magali da Silva Almeida.** Após apreciação, o projeto “Aprimoramento da Política de Atenção Psicossocial de Mães e Familiares Vítimas de Violência de Estado na Bahia (Convênio Ministério da Igualdade Racial - MIR/UFBA)”, a ser coordenado na Bahia pela Professora Magali da Silva Almeida, foi aprovado pelos membros da Congregação presentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Ednei Bomfim Santos, Assistente em Administração da Universidade Federal da Bahia, lavrei a presente ata que, depois de lida e discutida, será submetida à aprovação da Congregação. Salvador, vinte e três de outubro de dois mil e vinte e três.

Representantes da Congregação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia

Nome	Assinatura
Profa. Cristiana Mercuri de Almeida Bastos (Diretora do IPS/UFBA)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Profa. Denise Maria Barreto Coutinho (Vice-Diretora do IPS/UFBA)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Profa. Thatiana Helena de Lima (Coordenadora Acadêmica do IPS/UFBA)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Profa. Samira Safadi Bastos (Coordenadora do Colegiado de Graduação em Serviço Social)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Profa. Elza Maria Techio (Coordenadora do Colegiado de Graduação em Psicologia)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Profa. Janice Aparecida Janissek (Representante do IPS/UFBA no CAPEX e no CONSEPE)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Prof. Yuri Sá Oliveira Sousa (Representante do IPS/UFBA no CAE)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Profa. Angela Ernestina Brito (Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social)	<i>Ausência justificada</i>
Profa. Patrícia Alvarenga (Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Profa. Elisabete Aparecida Pinto (Representante Docente)	<i>Ausente</i>
Rafael Correia de Santana (Representante técnico administrativo)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Heitor Marinho da Silva Araújo (Representante Discente)	<i>Assinatura via SIPAC</i>
Mariana Rocha Fernandes de Aquino (Representante Discente)	<i>Ausente</i>

Aprimoramento da Atenção Psicossocial de Mães e Familiares de Vítimas de Violência de Estado na Bahia – 02/2024 - 03/2025

OBJETIVO: Institucionalizar e visibilizar, enquanto política pública, o atendimento especializado mães dos(as) jovens vitimados(as) e suas famílias atingidas pela violência de Estado

JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Execução Descentralizada enseja o aprimoramento da Política de Atenção Psicossocial de Mães e Familiares Vítimas de Violência de Estado na Bahia. Teceu-se como estratégia a qualificação do corpo profissional e o fortalecimento institucional dos equipamentos públicos estaduais que atuam no acolhimento do público-alvo da política, a saber, o Centro de Referência de Igualdade Racial, gerido pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), e o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos no Estado da Bahia (PPDDH/Bahia), conduzido pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

A ação constitui parte da execução finalística das políticas públicas reparatórias à população negra, tendo em vista que a violência promovida pelo Estado mata majoritariamente pessoas negras, sobretudo jovens. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2022, 42,8% dos brasileiros se declararam como brancos, 45,3% como pardos e 10,6% como pretos. Pretos e pardos totalizaram 55,9% da população negra brasileira. E ainda a mesma pesquisa ao apresentar os dados relativos à população brasileira residente nas grandes regiões do país, segundo o quesito raça/cor, os dados afirmam que a Região Nordeste registrou a presença de 24,9% de brancos(as), 13,4% pretos(as) e 60% pardos(as). Observa-se no somatório destes últimos um total de 73,4% de negros(as), representando a grande maioria da população nordestina (IBGE Educa). Contudo, temos percebido que o aumento da autodeclaração da população negra segundo o quesito raça/cor de acordo com o IBGE (preto e pardo), revela relação inversamente proporcional entre o reconhecimento do pertencimento racial e acesso às políticas públicas. O diagnóstico das desigualdades raciais de gênero e classe apresentados pelos órgãos oficiais do Estado Brasileiro, apontam para a desigualdades históricas e estruturais no acesso da população negra às políticas sociais no Brasil. As vulnerabilidades em saúde da população negra decorrem múltiplos fatores e dentre eles o racismo estrutural e estruturante das relações sociais. Na prática, o racismo tem impedido e/ou dificultado o pleno atendimento das necessidades humanas da população negra.

Assim, torna-se fundamental que as dimensões estruturais do racismo/sexismo sejam consideradas na configuração da questão social, na produção e reprodução da violência sob os corpos negros, para que, de fato, as políticas públicas no Brasil atendam às necessidades das mães e familiares que sofrem violência de Estado. De acordo com o Anuário de 2023, os registros mostraram que 83,1% das vítimas de violência policial eram negras, enquanto 16,6% eram brancas. Indo além, o perfil das vítimas da letalidade policial é 76% com idade entre 12 a 29 anos, o que mostra que jovens negros são o alvo principal da letalidade policial. Na Bahia, em 2019, 97% das 650 pessoas mortas pela política eram negras, segundo a Rede de Observatórios de Segurança. Em busca de compreender como a violência operada pelo Estado possui desdobramentos nas comunidades e famílias que são atingidas, cotidianamente, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) realizou pesquisa que apontou que moradores de comunidades do Rio de Janeiro que são sujeitos à violência provocada por agentes do Estado têm mais chances de adoecer e de serem impedidos de acessar os serviços de saúde, da assistência social e da justiça em razão do racismo estrutural. Os números mostram que o medo gerado por operações policiais prejudica a saúde física e mental de quem vive nesses locais a curto e longo prazo. Mais da metade (59,5%) dos moradores das comunidades pesquisadas acabaram desenvolvendo problemas como hipertensão, insônia, ansiedade ou depressão. Um estudo de caso realizado em bairro da zona norte do município do Rio de Janeiro identificou os principais impactos da violência armada na saúde de profissionais e usuários dos serviços de saúde, bem como no funcionamento das unidades de atenção primária. A pesquisa coletou informações sobre os casos de violência registrados em dois serviços de saúde entre outubro e dezembro de 2015, a partir principalmente da análise de prontuários e de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores dos serviços de saúde. Considerando o impacto de episódios violentos sobre a saúde de usuários e profissionais, os resultados destacam o desenvolvimento ou piora de sintomas relacionados à gastrite, úlcera, descontrole glicêmico e hipertensão. Como reação imediata aos eventos violentos foram mencionados vômitos, diarreias em crianças e sangramento em grávidas. Em relação à saúde mental foram registrados ansiedade, insônia, estresse, alterações de humor, sofrimento psíquico difuso e intenso, dificuldades de relacionamento e medo de sair de casa, além de quadros mais graves como crises de pânico, fobias, depressão e agravamento de quadros psicóticos (CESeC, 2023, p.20).

Nesse sentido, o presente plano de trabalho constitui meio para institucionalizar e dar visibilidade ao atendimento especializado a essa parcela da população atingida pela violência de Estado, assim como enfrentar os efeitos do racismo estrutural e institucional em uma perspectiva interseccional através de políticas públicas..

Como meio de executar as etapas necessárias para a realização de diagnóstico, qualificação e criação de instrumentos para o fortalecimento dos canais de atendimento de mães e familiares vítimas da violência policial, o Ministério da Igualdade Racial propôs ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia o presente plano de trabalho para viabilizar a execução de crédito orçamentária descentralizada.

As atividades serão executadas pelo Observatório de Racialidade e Interseccionalidade (ORÍ), vinculado ao curso de Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, criado em 2016 e desde então integra o Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. É liderado pelos professores doutores Magali da Silva Almeida e Marcos Vinícius Ribeiro de Araújo, líder e vice-líder, respectivamente.

É um espaço acolhedor de formação antirracista, no qual são devolvidas pesquisas, ações de extensão e ensino. Promove o diálogo entre estudantes e docentes de graduação e pós-graduação, assim como grupos de pesquisa de outras instituições nacionais e internacionais e com os(as) trabalhadores(as) das políticas públicas locais através da supervisão acadêmica de estágio na graduação e na especialização em saúde (lato sensu). As pesquisas e seus produtos (relatórios técnicos, Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, capítulos de livro e artigos em periódicos e em eventos científicos) corroboram para o amadurecimento da produção de conhecimento das profissões que integram o ORI, em uma perspectiva transdisciplinar, comprometidas com a emancipação humana. As iniciativas acadêmico-pedagógicas até o momento colocam a UFBA, universidade nordestina, no cenário nacional e internacional demonstrando iniciativas inovadoras. Atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Observatório tem abrigado temas inerentes às políticas sociais e seus(suas) sujeitos(as), com ênfase nas políticas da seguridade social, particularmente saúde e assistência social. No âmbito da saúde destacam-se os debates da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, do planejamento e gestão dos serviços da atenção primária, saúde da População em Situação de Rua e saúde mental das mulheres negras, sob vários vieses. Pesquisas na graduação e pós-graduação sobre população em situação de rua, a saúde mental da população negra, particularmente das mulheres negras e familiares afetados diretamente pela violência policial e letalidade de jovens negros(as), o racismo institucional no SUS e no SUAS no cotidiano dos serviços e na formação dos (as) trabalhadores(as). O racismo estrutural como determinação das iniquidades em saúde e de outras vulnerabilidades da população negra que demandam ações da política de assistência social e da justiça, tem sido um dos grandes desafios no enfrentamento das barreiras de acesso da população negra a essas políticas. Portanto o racismo é, em nossa perspectiva, central na produção das iniquidades socio raciais. Atualmente integramos a equipe da pesquisa multicêntrica, coordenada pela professora Doutora Leticia Batista da Silva, pesquisadora da EPSJV/FIOCRUZ do Rio de Janeiro, intitulada “Formação, Trabalho em Saúde e Racismo Estrutural: experiências de trabalhadoras e trabalhadores negros atuando nas capitais Rio de Janeiro e Salvador”. Além dessa cooperação entre a UFBA e a EPSJV/FIOCRUZ, foram realizadas atividades em parceria com a Universidade do Texas em Austin-EUA; com a FLACSO/ Argentina e o ISCTE-IU Portugal. Esse esforço tem produzido conhecimentos sobre temas emergentes nas ciências humanas, sociais e ciências da saúde com interface com o campo feminista e antirracista em forma de coletâneas, capítulos de livros, artigos em periódicos nacionais e internacionais e no ensino de graduação e pós-graduação e formação dos (as) trabalhadores(as) da saúde e assistência social.

Referências:

Saúde na linha de tiro [livro eletrônico]: impactos da guerra às drogas sobre a saúde no Rio de Janeiro / Julita Lemgruber...[et al.] ; ilustração Laerte Coutinho. – Rio de Janeiro : CEsC, 2023.

IBGE Educa-Jovens. Conheça o Brasil – População COR OU RAÇA Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=O%20IBGE%20pesquisa%20a%20cor,10%2C6%25%20como%20pretos>. Acesso em 22 de out. 2022.

METAS

META 1. Formação especializada dos trabalhadores(as) que atuam no atendimento psicossocial no Centro de Referência de Igualdade Racial, gerido pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), e o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos no Estado da Bahia (PPDDH/Bahia), conduzido pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

META 2. Elaborar protocolo para operacionalização de fluxo de atendimento psicossocial;

META 3. Diretrizes e supervisão da rede socioassistencial para mães e familiares vítimas de violência de Estado.

A metodologia do projeto será desenvolvida em três etapas, de acordo com as metas estabelecidas:

PRIMEIRA ETAPA

- Seleção, formação e capacitação de equipe formadora;
- Levantamento de dados científicos através de revisão de literatura; dados institucionais e nos sistemas de informação; normativas relacionadas às temáticas tanto na saúde, assistência e justiça, para composição de conteúdo de materiais didáticos pedagógicos;
- Realização reuniões pedagógicas da equipe executora para seleção e validação de conteúdos e definição metodológica para realização de atividades formativas para os (as)trabalhadoras dos serviços envolvidos no atendimento psicossocial para supervisão da rede socioassistencial para mães e familiares vítimas de violência de Estado.

SEGUNDA ETAPA

- Elaborar e aplicar questionário e realizar oficina da diagnóstico situacional com a finalidade para compor dados para o diagnóstico o e mapeamento do fluxo, tendo como base a Matriz SWOT

TERCEIRA ETAPA

- Realização de oficinas de consenso entre especialistas dos temas racismo/sexismo, saúde mental, assistência social e justiça, com vistas à construção de Diretrizes para o atendimento psicossocial para supervisão da rede socioassistencial para mães e familiares vítimas de violência de Estado.



Emitido em 23/10/2023

ATA Nº 9934/2023 - IPS (12.01.67)

(Nº do Protocolo: 23066.071155/2023-66)

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 20:49)

CRISTIANA MERCURI DE ALMEIDA BASTOS

DIRETOR - TITULAR

IPS (12.01.67)

Matrícula: ###032#8

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 20:46)

DENISE MARIA BARRETO COUTINHO

VICE-DIRETOR - SUBSTITUTO

IPS (12.01.67)

Matrícula: ###608#3

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 20:50)

ELZA MARIA TECHIO

COORDENADOR DE CURSO - TITULAR

CCPSI/IPS (12.01.67.03)

Matrícula: ###562#7

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 20:54)

JANICE APARECIDA JANISSEK

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CAC/IPS (12.01.67.04)

Matrícula: ###202#7

(Assinado eletronicamente em 24/10/2023 06:35)

PATRICIA ALVARENGA

COORDENADOR DE CURSO - TITULAR

PPGPSI (12.01.67.01)

Matrícula: ###912#6

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 21:24)

RAFAEL CORREIA DE SANTANA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

IPS (12.01.67)

Matrícula: ###519#5

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 20:49)

SAMIRA SAFADI BASTOS

COORDENADOR DE CURSO - TITULAR

CCGSS/IPS (12.01.67.02)

Matrícula: ###841#0

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 20:44)

THATIANA HELENA DE LIMA

COORDENADOR - TITULAR

CAC/IPS (12.01.67.04)

Matrícula: ###227#1

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 20:48)

YURI SA OLIVEIRA SOUSA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CAC/IPS (12.01.67.04)

Matrícula: ###765#8

(Assinado eletronicamente em 23/10/2023 20:44)

HEITOR MARINHO DA SILVA ARAÚJO

DISCENTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)

Matrícula: 2023#####1